

Migrações internas no Brasil: dos centros de formação para a pesquisa à Amazônia Legal - os professores da Universidade Federal do Tocantins¹

Internal migrations in Brazil: from training centers for research to the Legal Amazon - the professors of the Federal University of Tocantins

Miguel Pacífico Filho

Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

miguilim@uft.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0316-2326>

Thelma Pontes Borges

Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

thelmapontes@uft.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6073-8937>

Airton Cardoso Cançado

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

airtoncardoso@yahoo.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4698-1804>

RESUMO

Situado na Amazônia Legal, o estado do Tocantins apresenta nos últimos anos crescimento demográfico acima da média nacional, acarretando ponto de interesse migratório para a região Norte do Brasil. Nas discussões acerca dos movimentos migratórios, alguns fatores podem ser apontados entre as variáveis de atratividade e que podem ser verificadas no estado: fronteiras agrícolas e políticas públicas de diversas tipologias. Discorrendo sobre tais variáveis, objetivamos demonstrar como o fluxo migratório de mão de obra qualificada, destacando, em particular, a de docentes para a região Norte do Brasil, mais especificamente para a Universidade Federal do Tocantins. Consideramos os fatores supracitados, comparando-os com a distribuição espacial dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Como fonte, utilizamos os registros administrativos disponibilizados pela Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFT, bem como os dados disponíveis na plataforma digital GEOCAPES (Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES). O movimento migratório docente para a universidade em questão enquadra-se naquilo que a literatura classifica como novos movimentos migratórios brasileiros, ou seja, trabalhadores que se deslocam das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste para o Norte brasileiro em busca de melhores ocupações e renda pela via da migração e qualificação, impactando em suas condições de vida.

Palavras-chave: Migração, Tocantins, Docentes, Trabalho.

ABSTRACT

Located in the legal Amazon, the state of Tocantins presents in the last years a demographic growth which is above the national average, resulting in a migratory interest point for the region. On the discussions concerning migratory movements some factors can be pointed out among attractiveness variables: agricultural borders and different typologies of public policies are among them and can be verified in the State. Discouring on such variables, it was aimed to demonstrate the migratory flow of high qualified workforce, of teachers to the northern Brazil region, more specifically to the Federal University of Tocantins. It was considered the aforementioned factors comparing them with the spatial distribution of the *stricto sensu* post-graduation programs in Brazil. As source it were used the administrative records

¹ O texto original foi publicado no XVII Enanpur - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 22 a 26 de maio de 2017. Versão atual modificada.

made available by the *Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas* of UFT, as well as data available on the digital platform GEOCAPES (CAPES Georeferenced Information System). It was concluded that the teacher migratory movement to the university in question fits on what the literature classifies as new Brazilian migratory movements, that is, workers that move from south, southeast, northeast and center-west regions to the north of Brazil seeking better occupations and income and that controls, by means of migration and qualification, their life conditions.

Keywords: Migration, Tocantins, Teachers, Job.

1. INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, o Brasil apresentou movimentos migratórios intensos, que podem ser demonstrados por vetor cujo ponto de partida das populações localizava-se nas regiões Nordeste e Norte, com chegada à região Sudeste. No entanto, uma série de variáveis observadas durante as últimas três décadas no cenário socioeconômico brasileiro possibilitou a constatação de movimentos migratórios capazes de expor algumas das significativas mudanças pelas quais vem passando a sociedade brasileira e que estão referenciadas em trabalhos como os de Baeninger (2011, 2014), Cunha (2011, 2012), Oliveira (2014) e Dota e Queiroz (2019). Nossa abordagem dedica-se a expor movimentos migratórios cujo destino não são os tradicionais municípios localizados em regiões brasileiras concentradoras de determinadas variáveis de desenvolvimento. Consideradas tais alterações, objetivamos demonstrar o fluxo migratório de mão de obra qualificada, em particular a de docentes, para a Universidade Federal do Tocantins, localizada na região Norte do Brasil, associando os movimentos supracitados à distribuição espacial dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Como fonte, utilizamos os chamados registros administrativos, aqui personificados através dos dados expostos pela PROGEDEP – UFT (Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal do Tocantins), cujo levantamento realizado em 2015 dedicou-se a demonstrar a origem dos 1007 trabalhadores que naquele ano compunham o quadro docente da instituição. Esses dados foram analisados comparativamente com um outro tipo de registro administrativo, ou seja, aqueles disponíveis na plataforma digital GEOCAPES (Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES), através dos quais é possível constatar a localização dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, aptos a formar mão de obra para o ensino superior. Tais referências nos permitem formular duas questões norteadoras para este trabalho: o local de origem de trabalhadores do ensino superior em municípios da Amazônia Legal, especificamente do Tocantins, possibilita-nos afirmar que estamos diante de uma dinâmica que se enquadra nas recentes mudanças dos movimentos migratórios no Brasil?; os dados nos permitem demonstrar também a histórica fragilidade das políticas públicas no que diz respeito à qualificação da mão de obra na região Norte do Brasil?

O trabalho encontra-se estruturado em cinco (5) tópicos, a saber: o primeiro, introdução; o segundo objetiva discutir abordagens teóricas sobre as migrações no Brasil; o terceiro busca contextualizar social e economicamente o Tocantins; o quarto expõe análise comparativa dos dados levantados pela pró-reitoria da UFT e as informações disponíveis na Plataforma GEOCAPES; e, por fim, as considerações finais.

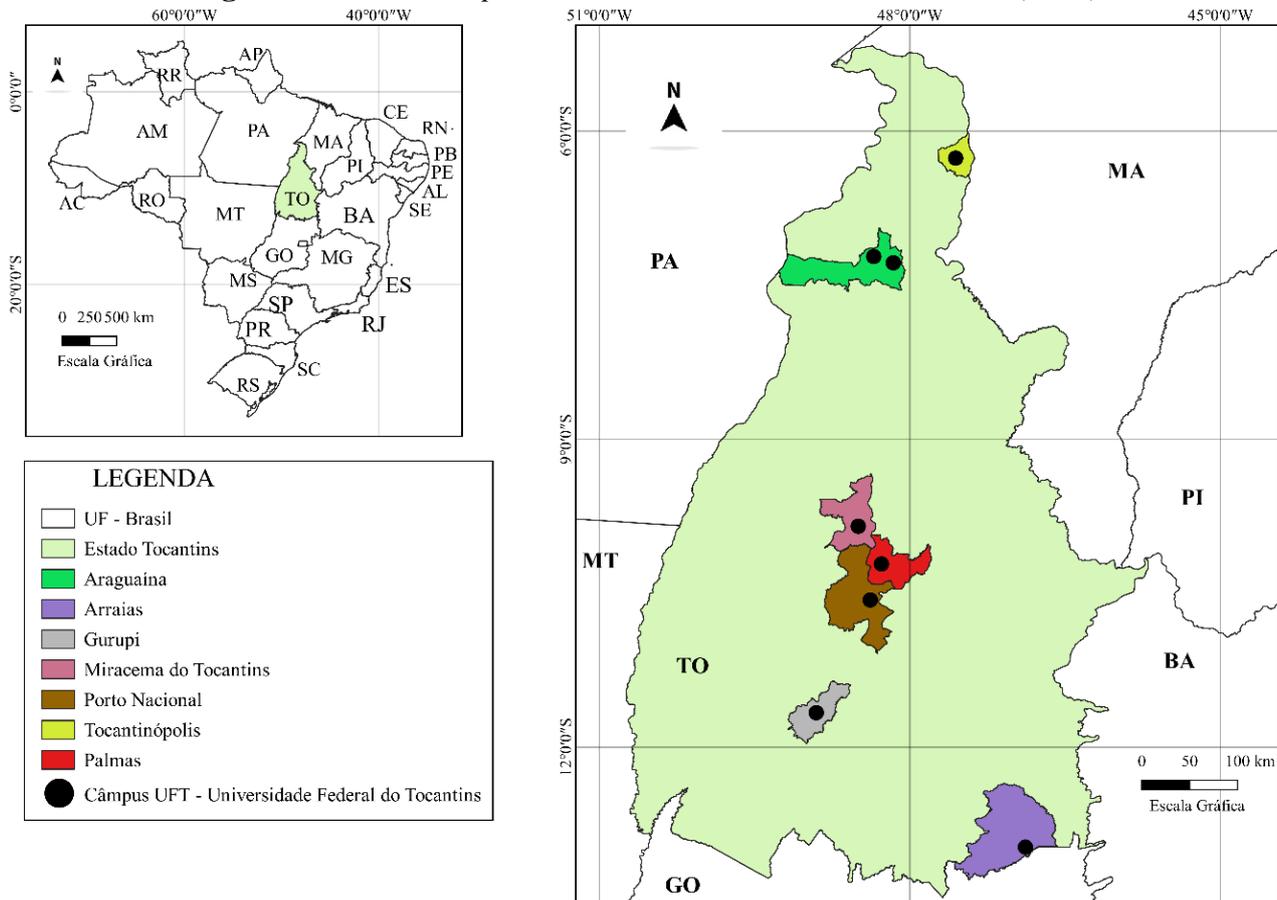
Numa perspectiva comparativa com outras instituições de ensino superior públicas do Brasil, estaduais ou federais, é possível afirmar que a Universidade Federal do Tocantins é uma instituição bastante recente, sendo considerado o ano de 2003 como referência de início dos trabalhos a partir da posse dos primeiros professores. Estruturada a partir de *campi* localizados em sete (7) municípios, observa-se uma distância de 999 km entre a unidade situada ao sul do estado, em Arraias, e a unidade situada ao norte, em Tocantinópolis, conforme podemos verificar na **Figura 1**.

Integrante da Região Norte do Brasil, e também da chamada Amazônia Legal, alguns dos contextos observáveis no Tocantins chamam a atenção de pesquisadores na área de estudos populacionais, sobretudo quando tal campo se correlaciona às questões urbanas e ambientais. Resultado de perspectiva político-administrativa preponderante na metade do século XX, Carvalho e Domingues (2016) nos apresentam a Amazônia Legal:

[...] definida para propósitos de planejamento regional em 1953 e cobre cerca de 60% do território brasileiro [...] a.briga 21 milhões de habitantes, que representa em torno de 12% da população total nacional, dos quais 70% vivem em cidades e vilarejos [...] engloba além dos estados do Norte do Brasil (Amazonas, Acre, Amapá,

Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará), o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão (CARVALHO; DOMINGUES, 2016, p. 586).

Figura 1: Os sete campi da Universidade Federal do Tocantins (2021)



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DATUM; Geográfica/SIRGAS 2000; Elaboração Gráfica: FRANÇA, Andison (07/20).

Cabe dizer que a tal delimitação seguiram-se os desdobramentos observáveis a partir de diversas tentativas de integração nacional, sob a perspectiva de implantação, na mencionada região, de propostas de ocupação através de grandes obras estatais. Sobre essa dinâmica, o IPEA (2016) constrói o seguinte entendimento: trata-se da “maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo”, a partir da análise do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) lançado no ano de 1974. Cabe dizer que na contemporaneidade algumas das consequências de tais perspectivas de ocupação e desenvolvimento são verificadas em torno das questões ambientais e de acesso à terra. Okida (2019) nos diz o seguinte sobre a atualidade na Amazônia Legal:

one of the current challenges in Brazilian Legal Amazon is to balance the expanding agricultural frontier with forest preservation (Gil et al., 2015, Arvor et al., 2016). Sant’Anna (2017) shows that deforestation in the Amazon is related to the process of land inequality and land occupation in Brazil (OKIDA, 2019, p. 15).

O contexto acima mencionado foi um dos fatores que contribuíram para a dinamicidade na região amazônica, imprimindo ritmos diversos de fazeres cotidianos impressos por migrações intra ou inter-regionais, comunidades tradicionais, ações estatais, das quais a mineração em larga escala e a produção de energia hidrelétrica são alguns dos principais fatores de geração de mudanças e tensões sociais na mencionada região. As cidades amazônicas nas quais se inserem aquelas que se

apresentam como sede de *campus* da UFT são igualmente parte de tal processo. De acordo com Menezes (2001, p. 1), “as cidades da Amazônia tendem hoje a assumir um novo componente atrativo e integram o conjunto daquilo que se entende como novos fenômenos de mobilidade populacional dos trabalhadores do território brasileiro”. As variáveis que compõem essa atratividade são também acompanhadas, no contexto dos municípios amazônicos, de questões históricas envolvendo as supracitadas tentativas pouco eficazes de integração da região ao cenário nacional. Trindade-Júnior (2015, 2016) referência a compreensão dos espaços amazônicos através da dinâmica das diferentes tipologias das cidades, ressaltando a necessidade de construção de análises a partir de atributos endógenos, bem como acerca da percepção da função das cidades em suas contribuições para o ordenamento territorial. Um desses atributos é a capacidade de atrair mão de obra qualificada de acordo com o escopo de observação que estruturamos no presente trabalho.

Considerando-se o contexto descrito, reafirmamos o entendimento de que a região Norte do Brasil em sua relação com Universidade Federal do Tocantins nos permite formular e problematizar questões em torno das chamadas migrações internas. Nesse sentido, ressaltamos a particularidade da dinâmica de mobilidade à qual nos dedicamos neste trabalho, sobretudo se considerarmos afirmações observáveis em estudos recentes, como a que se verifica em Dota e Queiroz (2019), os quais, ao estudarem as migrações internas na segunda década do século XXI, período apontado como um momento de crise, mencionam como hipótese de trabalho que a referida crise teria como impacto “efeitos sobre a forte redução dos fluxos migratórios de longa (inter-regional) e média distância (intra-regional)” (DOTA; QUEIROZ, 2019, p. 416). Hipótese similar é encontrada no trabalho de Nunes *et. al* (2017) ao mencionarem significativa queda nos fluxos migratórios inter-regionais no Brasil durante a primeira década do século XXI, afirmando especificamente para a região Norte queda pela metade no saldo migratório entre os anos de 2005 e 2010, a partir de contexto que teria se iniciado ainda na década de 1990 com o esgotamento econômico da região.

Consideramos que a totalidade dos integrantes do movimento migratório observado neste trabalho é formada por profissionais da educação superior e portadora dos títulos acadêmicos de mestrado e doutorado. Ao se considerar que a região Norte é aquela entre as demais do Brasil que apresenta, segundo dados da CAPES, os menores números de programas *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado, pergunta-se: o processo de ocupação dos postos de trabalho no ensino superior público em municípios do estado do Tocantins é mais um componente dos chamados novos fenômenos de mobilidade interna dos trabalhadores? Qual a origem desses trabalhadores?

O atual estágio das discussões teóricas no campo da demografia sobre os deslocamentos populacionais permite expor nosso problema e contexto de pesquisa dentro daquilo que se convencionou chamar de tendências atuais das migrações no Brasil (MENEZES, 2000), das particularidades do caso brasileiro após 1980 (BRITO, 2007) e dos chamados novos movimentos populacionais (OLIVEIRA; SIMÕES, 2004). Soma-se a esse conjunto de percepções a afirmação da possibilidade de buscar dados com características distintas daqueles produzidos por agências de pesquisas censitárias (TAVARES; NETO, 2019). Grosso modo, podemos dizer que os trabalhos mencionados apontam variáveis como a recente reinterpretação das chamadas externalidades positivas e negativas. A primeira é compreendida como os fatores de atração que levaram à migração para os grandes centros populacionais da região Sudeste do Brasil nas décadas de 1960 e 1970: acesso aos equipamentos urbanos como saúde, moradia, trabalho e ascensão social. A segunda configura-se como o conjunto das consequências observáveis no cotidiano das populações que formaram, a partir dos movimentos migratórios, os grandes aglomerados: baixa mobilidade urbana, violência em seus mais diversos matizes, nichos de mercado de trabalho saturados pelos altos padrões de competitividade e o contra movimento do capital a esses fatores. Nesse sentido, Oliveira e Simões (2004, p. 3) sintetizam tais fatores ao mencionarem as “empresas que fogem das deseconomias de aglomeração dos grandes centros urbanos”.

Nosso posicionamento dentro dos debates teóricos acerca das migrações segue as opções observadas em Brito (2007) e Tavares e Neto (2019), segundo os quais há nas teorias sobre as

migrações, tanto nas de fundamentação econômica, quanto nas de fundamentação sociológica, um paradigma norteador, sendo possível buscar dados distintos daqueles resultantes de levantamentos censitários. De acordo com um Brito (2007),

a virtuosidade econômica e social das migrações é um pressuposto inegável dessas teorias. Essa dimensão positiva das migrações, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, serve de pano de fundo para a racionalidade da decisão de emigrar [...] (BRITO, 2007, p. 3).

Claramente, observa-se o posicionamento crítico do autor acerca das análises que atribuem tão somente à capacidade do migrante de avaliar seu contexto socioeconômico para dele tirar o melhor proveito possível. A crítica se estende ainda à interpretação de que tal dinâmica seria a força motriz do desenvolvimento da sociedade brasileira ao equacionar as desigualdades de oferta de mão de obra nas diversas regiões brasileiras. Para a construção de suas questões, Brito (2007) percorre quatro textos que considera fundamentais para a compreensão e análise dos processos migratórios no Brasil: dois dos autores são referências baseadas na Economia, a saber, Todaro (1980) e Singer (1980); dois são referenciados na Sociologia: Germani (1970) e Durham (1984). Percorreremos o mesmo caminho, mencionando brevemente os pressupostos de cada um desses textos, mas acrescentando suas contextualizações aos momentos históricos vividos pela sociedade brasileira nos momentos em que foram escritos. Tal contextualização perpassa também pela tipologia dos movimentos migratórios, aqui entendidos como migrações contemporâneas a partir da compreensão de Bassan *et al* (2019, p. 20), que os classificam como “movimentos mais recentes, surgidos a partir da segunda metade do século XX e, de forma mais exponencial, constituem os movimentos que ocorrem na atualidade”.

2. MIGRAÇÕES NO BRASIL: ABORDAGENS TEÓRICAS

Todaro (1980) atribui significativa importância à transferência de excedentes populacionais entre as estruturas rural e urbana, observando-se o vetor movimento da primeira para a segunda. Atribui a esse movimento responsabilidade pelo progresso material de uma nação. Considera que a população agrícola tem, segundo sua interpretação, capacidade produtiva reduzida, e sua transferência para a indústria moderna dos grandes centros urbanos resultaria em desenvolvimento econômico benéfico a todo o país. Atribui racionalidade econômica ao migrante, supostamente capaz de avaliar que num primeiro momento haveria a possibilidade de desemprego, mas manteria a decisão a partir de uma renda futura presumida. Portanto, concebe-se o movimento rural-urbano em dois estágios, em que o migrante aceitaria subemprego ou emprego no setor informal num primeiro momento para, posteriormente, empregar-se definitivamente no setor industrial moderno. Claramente, visualiza-se a racionalidade econômica do migrante.

Singer (1980) centra seus argumentos na defesa de que a realidade do setor industrial de dado país ou região condiciona as características da migração. De acordo com o autor, nesse cenário, as migrações internas são necessárias na medida em que contribuem para a permanente reorganização da força de trabalho disponível e seu aproveitamento. À semelhança dos argumentos de Todaro (1980), Singer demonstra também um estágio intermediário para o migrante do tipo rural-urbano: o tempo necessário de permanência no meio urbano lhe permitiria um aprendizado, ainda que em trabalhos de menor prestígio para, num estágio seguinte e já devidamente aculturado pelos mecanismos da urbanidade, integrar-se de forma plena e mais eficaz do ponto de vista da produtividade industrial. Àqueles cujo caminhar nesse trajeto não se concretize, resta posicionar-se no chamado exército industrial de reserva, entendido não como zona de exclusão, mas como parte integrante e necessária ao funcionamento da lógica capitalista de produção.

Durham (1984) chama a atenção para um componente de extrema relevância dentro dessa área de estudos: a migração como alternativa única de mobilidade dentro da escala social, sobretudo para os residentes nas regiões de tradição econômica agrícola. A migração tem, para essa autora, raízes na cultura brasileira. Tal interpretação leva-a um passo adiante, na percepção de que a migração estaria tão somente relacionada a uma racionalidade econômica do migrante, ao desenvolvimento do capitalismo ou mesmo à personificação em fator de contribuição para a modernização da sociedade brasileira ainda em processo de industrialização. Explica, assim, pela via cultural, os grandes fluxos migratórios da região Nordeste para o Sudeste durante os anos 1960 e 1970.

Germani (1970), ele próprio um migrante italiano que vai para a Argentina como dissidente do regime fascista, constrói no seu novo país sólida carreira na esfera acadêmica do pensamento sociológico. Sua argumentação referencia-se nas teorias da modernização social e do desenvolvimento econômico, concluindo que o migrante é parte importante da passagem das sociedades tradicionais para a moderna, caracterizada essencialmente pela produção de base industrial. Para Germani, é possível observar os movimentos migratórios para além de questões envolvendo mercado de trabalho. Variáveis culturais, coletivas e individuais devem ser consideradas. Ainda de acordo com esse autor, os processos migratórios estão diretamente vinculados com movimentos de mobilidade social e, por consequência atrelados, à modernização (GERMANI, 1970). Também essa última interpretação permanece atrelada à lógica da modernização e, ainda que indiretamente, vinculada à racionalidade econômica. Entretanto, tal racionalidade está associada ao processo migratório como um todo. Sua finalidade última seria a modernização social.

O traço comum às quatro percepções acima mencionadas reside no seu *locus* temporal. Entre a primeira, datada de 1970, e a última, de 1984, compreende-se pouco menos de uma década e meia. Tanto o Brasil quanto a América Latina passavam por momentos de crescimento e consolidação de suas principais metrópoles, sendo todas elas, via de regra, produto de industrialização fragilmente constituída sob bases tecnológicas importadas, com pouquíssima ou quase nenhuma produção tecnológica local que lhes permitissem controle mínimo sobre seus processos de produção industrial. Portanto, é possível dizer que os trabalhos mencionados se estruturam a partir de reflexões sobre a dinâmica da industrialização brasileira, que se estende desde fins do século XIX e por parte significativa do século XX.

Amplia-se a compreensão para além da industrialização somando-se a ela variáveis como infraestrutura básica e suporte estatal para o desenvolvimento de estruturas educacionais sólidas. Uma das argumentações de base histórica para a dinâmica observada ao longo desse período nos apresenta variáveis importantes para a compreensão, tanto dos processos migratórios internos no Brasil do século XX, quanto para os seus desdobramentos sociais que, grosso modo, conectam-se com as recentes temáticas acerca dos estudos populacionais em decorrência da estruturação de desigualdades regionais. De acordo com Pochmann e Silva (2020, p. 4) tal desigualdade:

não se restringe à produção industrial, uma vez que ela se estende aos demais setores. As bases de sustentação das desigualdades regionais se apoiam nas disparidades de infraestrutura básica, infraestrutura logística e infraestrutura do sistema educacional. Mesmo na década de 1970, quando teve início um lento processo de desconcentração industrial, ele ocorreu seletivamente, posto que os setores mais dinâmicos e de maior conteúdo tecnológico permaneceram concentrados no centro dinâmico da economia nacional (BRANDÃO, 2004), influenciando o PIB e a renda per capita.

Nessa análise, é claro o destaque atribuído aos fatores geradores de desequilíbrios no desenvolvimento regional brasileiro atrelando infraestrutura, educação e desenvolvimento tecnológico à motivação para a concentração industrial na região Sudeste do Brasil, bem como sua consequência: as desigualdades regionais.

Os quatro autores supracitados inserem-se num contexto social de escrita. Até a década de 1980, pela proximidade da dinâmica que se propuseram analisar, não lhes era permitido o distanciamento temporal necessário para a observação dos desdobramentos factuais à luz de suas proposições teóricas. Passadas, a partir do final da década de 1980, três décadas e meia, constata-se que as migrações internas no Brasil do século XX muito parcialmente se conectaram com a modernização do país. Nossas metrópoles, de quaisquer regiões, abrigam graves índices de desigualdade social em sua geografia interna, sendo inclusos aí indicadores como renda, acesso a saúde, educação e segurança pública.

Novas variáveis incidem sobre a organização socioeconômica brasileira ao adentrarmos a segunda metade da segunda década do século XXI. A indústria, a agropecuária e a bovinocultura interferem diretamente nesse quadro e igualmente por ele são influenciadas. Recuperemos, uma vez mais, nosso objeto e contexto de pesquisa: aqueles que ocupam os postos de trabalho na educação superior pública nos sete municípios do Tocantins que sediam os *campi* da UFT, dentro do atual contexto de mobilidade espacial da população. Vejamos, então, alguns traços constituintes da realidade sócio-histórica do Estado do Tocantins e sua relação com algumas das características definidoras dos novos cenários da mobilidade populacional interna no Brasil.

3. TOCANTINS: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E ECONÔMICA

De acordo com Cavalcante (2003), o Tocantins, através de sua emancipação no ano de 1988, materializa projeto de conquista de autonomia, circunstanciado ao seu próprio tempo. No entanto, o chamado discurso autonomista do Tocantins tem seu primeiro marco histórico no ano de 1821, momento em que a porção norte de Goiás demonstra, através de setores da população e dirigentes políticos, descontentamento por sua situação de abandono político-administrativo em relação ao centro-sul daquele mesmo estado. Há um entendimento consensual, nas falas constitutivas do discurso autonomista, de que a separação do centro-sul de Goiás viabilizaria a autonomia jurídica e político-administrativa do norte do estado, entendida como controle da receita fiscal e representação política nos órgãos decisórios do poder público federal. Ao completar 32 anos, o Tocantins apresenta-se como objeto de alguns estudos acadêmicos nas mais diversas áreas, entre elas meio ambiente, etnografia e demografia. As sete etnias indígenas presentes no estado, a bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia e o movimento guerrilheiro nas proximidades do município de Xambioá são alguns dos exemplos dos objetos de estudos.

No que diz respeito ao nosso trabalho de pesquisa, três dos mais populosos municípios do estado do Tocantins, de acordo com sua população estimada para o ano de 2020 (IBGE, 2020), abrigam *campus* da UFT: a capital Palmas, com 306.296 habitantes; Araguaína, com 183.381; e Gurupi, com 87.545 habitantes. Os demais municípios que abrigam *campus* da Universidade contam com os seguintes contingentes populacionais: Arraias (10.534 habitantes), Miracema do Tocantins (20.141 habitantes), Porto Nacional (53.316 habitantes) e Tocantinópolis (22.845 habitantes). O total de residentes em municípios tocantinenses atendidos diretamente pela Universidade Federal do Tocantins é de 684.058 habitantes. Considerando-se que a população total do estado é de 1.590.248, conclui-se que 43,15% da população do Tocantins residem em cidades atendidas pela UFT (IBGE, 2020).

Três dos mais populosos municípios do Tocantins encontram-se já devidamente referendados pelos estudos demográficos como portadores das características componentes da atual realidade migratória no Brasil. Mencionaremos a caracterização desses três municípios (Palmas, Araguaína e Gurupi) dentro dos atuais estudos demográficos, com a contextualização que faz do Tocantins parte da mais recente fronteira agrícola do país. Acerca das discussões sobre fronteira agrícola, Martins (2009) problematiza a partir daquilo que entende como sendo seus dois vetores estruturantes: a frente pioneira e a frente de expansão sobre regiões ocupadas por povos tradicionais na Amazônia brasileira. Subjacente a tal dinâmica, reafirma-se a permanência do conflito como traço

constituente do movimento analisado. Pesquisas recentes reiteram a sobreposição de modos de produção distintos, a presença de tensões sociais e a urgência de mediação através de políticas públicas capazes de promover desenvolvimento. Vieira Filho (2016, p. 7) menciona necessidade de compreensão de padrões regionais anteriores ao estabelecimento da fronteira. Beckmann e Santana (2019, p. 83) destacam a imposição de novos modos de vida estranhos às populações originárias das respectivas localidades, “sendo a tecnologia geralmente vinculada a determinados grupos econômicos, os quais mudam as relações de produção na sua área de expansão, modificando as estruturas econômicas, sociais e culturais”.

No que diz respeito a Palmas, é possível encontrar estudos sobre migração que a apontam como destino. Menezes (2001), ao mencionar o espaço urbano como o ponto final mais expressivo dos atuais movimentos migratórios no Brasil, elenca razões que justificam o entendimento de que algumas cidades da Amazônia se apresentam como localidades de atração de migração. Diz a autora:

enquanto receptáculo de migrantes que aportavam à região, as cidades da Amazônia tendem hoje a assumir um novo componente atrativo devido às seguintes razões: capitais de estado para onde convergem significativo contingente migratório intermunicipal e de excluídos das constantes remigrações. Destaca-se a primazia de Manaus como exemplo do forte poder de atração de migrantes (...) e Palmas, cidade em construção e capital do Tocantins – mais novo estado da federação - e que vem registrando crescimento vertiginoso de sua população total, com forte predominância da população urbana (MENEZES, 2001, p.16).

A expressão utilizada pela autora para classificar o crescimento demográfico da cidade de Palmas – vertiginoso –, no ano de 2001, encontra paralelo aproximadamente duas décadas depois. No mês de agosto de 2020, o IBGE divulgou suas Estimativas de População Residente no Brasil e Unidades da Federação, nas quais Palmas apresenta 306.296 moradores. Considerando que, em 2015, esse número era de 265.409, observa-se um aumento de 15.4% em sua população. Comparativamente, a média de crescimento para o Brasil nesse período foi de 10.48%, ou seja, Palmas apresenta crescimento maior do que o restante do País. Nessa capital, situa-se o *campus* sede da UFT, abrigando Reitoria e Pró-Reitorias.

A segunda cidade mais populosa do Tocantins, Araguaína, também possui um dos *campi* da UFT. Encontramos, também, entre as razões apontadas por Menezes (2001), a justificativa sobre esse município ser classificado como localidade de atração de migração. De acordo com a autora,

as cidades ao longo do eixo das estradas, que vencida a primeira etapa de organização do espaço econômico local, tendem a diferenciar-se e a receber cada vez mais investimentos no setor de prestação de serviços e a alocação de indústrias de beneficiamento da produção agrícola regional. As cidades do eixo da Belém-Brasília e da São Paulo-Porto Velho, constituem os principais exemplos (MENEZES, 2001, p. 15).

Situada às margens da Rodovia BR-153, a Belém-Brasília, Araguaína enquadra-se em duas das variáveis apontadas por Menezes (2001), sendo uma cidade localizada ao longo do eixo de rodovia e pertencente à Amazônia Legal. Também de acordo com as Estimativas de População Residente no Brasil e Unidades da Federação divulgadas pelo IBGE para o ano de 2015, Araguaína conta com 170.183 habitantes. Considerando-se que em 2020 esse número é de 183.381, houve aumento de 7,75% entre os anos de 2015 e 2020, constituindo, portanto, pouco mais que o dobro da média nacional de 3,82%. Ainda sobre Araguaína, Santos (2017) menciona que

uma análise do processo de expansão urbana de Araguaína, é possível inferir a ele, uma íntima relação com a construção da rodovia BR-153, pois foi a partir desse

canal de penetração ao cerrado e à Amazônia que os ciclos migratórios foram intensificados, ampliando a circulação de pessoas e mercadorias [...] desde sua construção a BR-153 exerce um papel atrativo econômico e demográfico para essa região (SANTOS, 2017, p. 112).

Observa-se a relevância da BR-153 para o crescimento da cidade de Araguaína que, juntamente com outras duas cidades sede de *campus* da UFT, é também compreendida por sua centralidade enquanto cidade média amazônica. Nesse sentido, Sodré e Ramires (2017) destacam a importância da análise das cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi a partir das dinâmicas de concentração econômica e, em especial, por meio da relação de comparação com os demais municípios tocaninenses.

O município de Gurupi, localizado ao sul do estado do Tocantins e que em razão de sua centralidade dá nome à Região Administrativa XIV, de acordo com as Regiões Administrativas propostas pela SEPLAN/TO/2019, apresenta-se também como referencial para discussões recentes envolvendo políticas públicas para o desenvolvimento. Podemos mencionar os recentes debates sobre implantação de Parques Tecnológicos como uma das possibilidades de trazer o município ao contexto das discussões. De acordo com Carinello e Erasmo (2011),

considerando o fato de o Brasil ter despertado tardiamente para inovação tecnológica, o Estado de Tocantins torna-se um potencial nesta área, pois seu pouco tempo de existência favorece em dois aspectos: não possuir um mercado interno conservador, características de centros historicamente desenvolvidos e seu tempo de existência é semelhante aos momentos de implantação de PqT e das políticas que incentivam esta iniciativa (...) Dados estatísticos, segundo Anprotec (2008), evidenciam que dos 74 parques tecnológicos existentes no Brasil, atualmente, nenhum está localizado no Estado do Tocantins (...) Na região sul do Estado de Tocantins, na qual está situado o Município de Gurupi, classificado em 3º lugar no Estado com um PIB de 851.170 (IBGE/SEPLAN, P. 1, 2008), este é considerado, dentre outros, um centro de referência em formação profissional, com três instituições de ensino superior, o que caracteriza este espaço como um potencial gerador de ideias inovadoras o que o torna polo irradiador e atrativo de desenvolvimento financeiro e social (CARINELLO; ERASMO, 2011, p. 2).

Gurupi apresenta, portanto, dinâmica de atratividade de movimentos migratórios bastante significativa, tornando-o referencial no estado do Tocantins ao lado dos já mencionados municípios de Palmas e Araguaína.

Uma outra variável pode ser acrescentada ao Tocantins e seus municípios que comportam *campus* da Universidade Federal do Tocantins: a inclusão no chamado MATOPIBA, que abrange cidades dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Bahia. De acordo com o a EMBRAPA, o MATOPIBA é a última grande fronteira agrícola nacional. Tal informação compõe o quadro construído por estudos demográficos ao mencionarem as fronteiras agrícolas como destino de migrações.

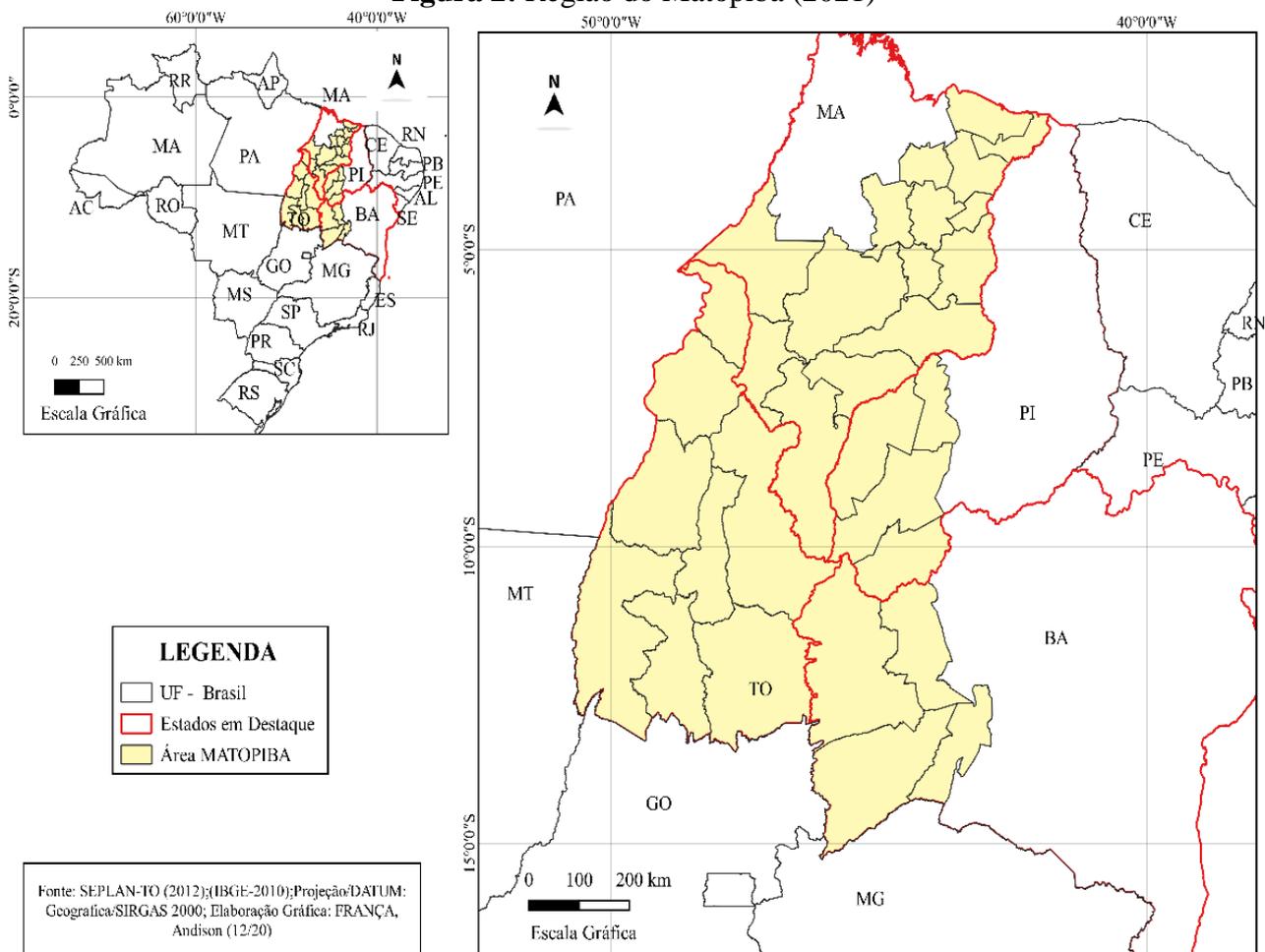
Sobre o MATOPIBA, sabe-se que a soma da área destinada aos grãos nos quatro estados cresceu 4,37% na safra 2014/2015, no comparativo com a safra 2013/2014, saltando de 7,322 milhões de hectares para 7,642 milhões de hectares, de acordo com a estimativa da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). Em termos de produção, o salto é de 18,107 milhões para 19,539 milhões de toneladas (GITE – EMBRAPA, MATOPIBA, 2014). No que diz respeito à sua caracterização demográfica, de acordo com o GITE (Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da EMBRAPA), o MATOPIBA integra áreas de 04 estados, 10 mesorregiões, 31 microrregiões, 337 municípios e 73.173.485 ha, o equivalente a 51% da área dos 04 estados. Com base nos dados do IBGE (Censo 2010), a população total do MATOPIBA era de 5.901.789, dos quais 3.854.561 viviam em área

urbana (65,31%) e 2.047.228 na área rural (34,69%). Deve-se ressaltar que 38% da área do MATOPIBA pertencem ao estado do Tocantins (GITE – EMBRAPA, MATOPIBA, 2014).

Lima (2019) apresenta leitura sobre o Matopiba (**Figura 2**) a partir da historicização das políticas nacionais de ocupação da terra, expondo relações de força que resultam ainda atualmente em significativas lutas pelo acesso à terra dentro do recorte espacial supracitado. Nos diz o seguinte:

Diferentemente dos trabalhos e notícias na mídia que vêm discutindo nos últimos cinco anos a região do Matopiba, essa região, que aparentemente parece ter surgido nos anos 2000 a partir da expansão do agronegócio e do Plano de Desenvolvimento Agrícola Matopiba, na verdade, vem sendo moldada pelas relações capitalistas via expropriação dos camponeses e projetos agrícolas desde o início do século XX (LIMA, 2019, p. 150).

Figura 2: Região do Matopiba (2021)



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE – 2010); Projeção/DATUM: Geografica/SIRGA 2000; Elaboração Gráfica: FRANÇA, Andison (12/20).

Trabalho publicado pelo CEDEPLAR (BRITO, 2012) expõe o fato de que, graças às políticas de estado de fortalecimento das recentes fronteiras agrícolas, a região Norte recebe 9,5% da mobilidade populacional interestadual do Brasil no início do século XXI. Esse percentual é composto por investidores privados, representados majoritariamente por grandes compradores de terras, e por profissionais altamente qualificados ocupantes de carreiras do estado nas áreas da saúde, justiça e educação. O objeto de estudo, os professores da Universidade Federal do Tocantins, enquadra-se

nesse tipo social, mencionado por Brito (2012), pois são profissionais altamente qualificados das carreiras de estado da educação.

4. OS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL

A Universidade Federal do Tocantins contava no ano de 2015 com mais de 15.000 alunos, 48 cursos de graduação, 31 cursos de mestrado e 5 de doutorado. De acordo com dados divulgados pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP) da UFT para o mesmo ano supracitado, a instituição contava com 1.007 docentes. A origem desses profissionais por região é apresentada na **Tabela 1**.

Tabela 1: Docentes por região de origem (2015)

Região de origem	Número de docentes
Norte	135
Nordeste	156
Centro-Oeste	184
Sul	138
Sudeste	360
Estrangeiros	34
Total	1007

Fonte: PROGEDEP/UFT, 2015.

As três regiões com maior número de origem de docentes são a Sudeste, com 360, a Centro-Oeste com 184 e a Nordeste com 156. Chama atenção a significativa maioria de profissionais originários da região Sudeste, que superam em número o somatório de profissionais oriundos das segunda e terceira regiões em origem de docentes, a saber, Centro-Oeste e Nordeste. Tais dados encontram justificativa nas informações contidas no GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES. Por esse sistema, é possível visualizar que, a partir da variável distribuição de programas de pós-graduação no Brasil, três estados da região Sudeste concentram a maioria dos programas e, conseqüentemente, a formação de profissionais aptos à carreira do magistério em Instituições Federais de Ensino Superior e Privadas, conforme apresentado na **Tabela 2**. Os dados a seguir corroboram tal percepção:

Tabela 2: Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil – Região Sudeste (2015)

Região Sudeste	N.º de programas de pós-graduação
Minas Gerais	369
São Paulo	832
Rio de Janeiro	426
Espírito Santo	62
Total	1689

Fonte: GEOCAPES (2015).

A Região Sudeste apresenta quase o dobro do número de programas de pós-graduação em comparação ao somatório daqueles encontrados nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, o que se pode concluir a partir de observação comparativa entre os dados expostos nas **tabelas 2 e 3**.

Tabela 3: Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil – regiões Centro-Oeste e Nordeste (2015)

Regiões Centro-Oeste e Nordeste	Número de programas de pós-graduação
Mato Grosso do Sul	60
Mato Grosso	48
Goiás e Distrito Federal	88
Bahia	158
Sergipe	46
Alagoas	31
Pernambuco	140
Paraíba	94
Rio Grande do Norte	85
Ceará	97
Piauí	32
Maranhão	37
Total	916

Fonte: GEOCAPES, 2015.

Os dados das **tabelas 2 e 3** demonstram, respectivamente, 1698 programas para a região Sudeste e 916 programas para as regiões Centro-Oeste e Nordeste. Ou seja, os quatro estados da Região Sudeste apresentam 1,85 vezes mais cursos do que os 12 estados das regiões Centro-Oeste e Sudeste. Quando se observam variáveis semelhantes para a região Sul do Brasil, o Sistema GEOCAPES apresenta os seguintes dados disponibilizados na **Tabela 4**.

Tabela 4: Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil – Região Sul (2015)

Região Sul	Número de programas de pós-graduação
Paraná	305
Santa Catarina	154
Rio Grande do Sul	374
Total	833

Fonte: GEOCAPES, 2015.

Observa-se que os três estados da região Sul apresentam números muito próximos do total de cursos de pós-graduação observáveis nas regiões Centro-Oeste e Nordeste juntas, que compreendem um total de 12 estados.

Somados os cursos de pós-graduação existentes nas regiões Sul e Sudeste, chega-se ao número de 2.522 programas. As demais três regiões do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) apresentam 1.113 programas, ou seja, 2,29 vezes menos. Constata-se a significativa concentração de formação de mão de obra para o ensino superior nas regiões Sul e Sudeste, o que reforça os demais dados observáveis em análises comparativas entre as regiões brasileiras, considerados essenciais para a mensuração de algumas das variáveis atreladas às discussões acerca do desenvolvimento social e regional, a saber, educação, saneamento, renda e longevidade.

A exposição de dados semelhantes aos apresentados acima para a região na qual se encontra a Universidade Federal do Tocantins demonstra de forma bastante significativa as diferenças até aqui apontadas. Variáveis semelhantes para a região Norte do Brasil, também encontradas no Sistema GEOCAPES, apresentam os seguintes dados em relação ao quantitativo de cursos de programas de pós-graduação: 91 cursos no estado Pará, 53 no Amazonas, 8 no Acre, 10 em Rondônia, 11 em Roraima, 4 no Amapá e 20 no Tocantins. Nesse sentido, somam-se 197 programas no Norte, sendo esse quantitativo 4,22 vezes menor do que o número observável nos 3 estados que compõem a região Sul (833). Comparativamente com a região Sudeste e seus 4 estados, esse número é 8,57 vezes menor.

Digno de nota é o fato de que a região Norte abriga os três estados com os menores números de cursos de pós-graduação: Amapá, com 4 cursos; Rondônia, com 10 cursos; e Roraima, com 11 cursos. Tais dados ajudam a compreender a quantidade de professores migrantes de outras regiões do país, somando dois fatores importantes: o Norte é carente de cursos formadores de sua própria mão de obra, ficando dependente de outras regiões; atrelado a isso, o Norte tornou-se atrativo para o excedente profissional bem qualificado de regiões mais abastadas do país, promovendo uma inversão no fluxo migratório, levando profissionais bem qualificados do eixo sul para o norte.

Uma análise comparativa intrarregional demonstra que o estado do Tocantins, com 20 programas de pós-graduação, apresenta 4,55 vezes menos cursos que o estado do Pará, com 91 programas, sendo o maior número da região. Comparativamente ao Amazonas, apresenta 2,65 vezes menos cursos. Mesmo dentro da região Norte, com os números mais frágeis no que diz respeito à formação de mão de obra qualificada para atuação no ensino superior, o Tocantins apresenta números significativamente menores em relação aos estados com maiores números de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Os dados expressos na **Tabela 1**, na qual estão expostos o número de professores da Universidade Federal do Tocantins de acordo com sua região de origem, podem ser desdobrados a partir da origem por estados e comparados com a distribuição de cursos de pós-graduação no Brasil. Os estados serão demonstrados na **Tabela 5** partindo-se da região Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.

Tabela 5: Origem dos professores da Universidade Federal do Tocantins por estado (2015)

Estado de origem	Número de professores	Estado de origem	Número de professores
RR	0	MA	32
AC	1	PB	31
AM	2	PE	16
AP	1	PI	14
RO	1	RN	6
TO	96	SE	4
GO	147	ES	10
MS	18	MG	128
MT	7	RJ	45
DF	12	SP	177
AL	6	PR	57
BA	23	RS	59
CE	24	SC	22
Total	1007		

Fonte: PROGEDEP/UFT (2015).

Observa-se que, dentre os 10 estados cujos números de origem de docentes são maiores, três estão localizados na região Sudeste: São Paulo, com 177; Minas Gerais, com 128; e Rio de Janeiro, com 45. Três estados estão localizados na região Nordeste: Maranhão, com 32; Paraíba, com 31; e Ceará, com 24. Dois estão localizados na região Sul: Rio Grande do Sul, com 59; e Paraná, com 57. Goiás, localizado na região Centro-Oeste, conta 147 desses profissionais. Por fim, entre outros estados, o próprio Tocantins, localizado na região Norte, é a origem de 96 docentes.

Em sentido oposto, observa-se que entre os estados com menor número de origem de docentes encontram-se Roraima com nenhum docente, Amazonas com 2, Amapá com 1, Rondônia com 1 e Acre com 1. São dados que indubitavelmente reafirmam as ainda frágeis políticas públicas para o fomento da pós-graduação na região Norte do país. Menciona-se que, à revelia do contexto apresentado, há ilhas de produção de excelência na pós-graduação da região e menciona-se o NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), vinculado à UFPA e que em 2018 completou 45 anos de

atuação. Também no mesmo ano de 2018, menciona-se o Edital PROCAD-Amazônia, cuja finalidade é fortalecer os cursos de pós-graduação *stricto sensu* localizados na região Norte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento migratório de trabalhadores qualificados para a região Norte, mais especificamente para a UFT e os diversos municípios do estado que a abrigam, está em sintonia com as recentes teorias e tendências de determinados fluxos de migração. Os dois municípios mais populosos, Palmas e Araguaína, apresentando índices de crescimento populacional acima da média nacional nos últimos dois anos, estão sujeitos a algumas das variáveis destacadas em recentes estudos populacionais. Nesse sentido, a proximidade em relação à rodovia BR-153 (Belém-Brasília), a localização dentro ou limítrofe da região do MATOPIBA, classificada como última fronteira agrícola nacional, e as políticas públicas de expansão recente para a região Norte de educação superior gratuita são alguns dos fatores de atratividade de mão de obra.

Especificamente para este trabalho, que se dedicou à discussão sobre a mobilidade da mão de obra altamente qualificada, observa-se que o fluxo se encontra fortemente marcado pelo vetor que parte significativamente de duas regiões, Sul e Sudeste, e termina na região Norte: dos 1007 professores da UFT, 498 são oriundos das regiões Sudeste e Sul. Em menor grau, mas também com números significativos, observa-se outro vetor que parte das regiões Centro-Oeste e Nordeste, terminando igualmente na região Norte, já que 340 profissionais docentes da UFT são oriundos dessas duas primeiras regiões mencionadas.

Por sua vez, a região Norte aparece com 135 docentes, demonstrando que os postos de trabalho são ocupados majoritariamente por migrantes vindos de outras regiões do Brasil, em sua significativa maioria do Sul e do Sudeste. Dos 135 docentes oriundos da região Norte, deve-se ressaltar que 96 são originários do próprio Tocantins, ou seja, apenas 39 são oriundos dos demais estados nortistas.

O recente fluxo migratório interno brasileiro, especificamente a partir do que foi exposto, apresenta possibilidade de interpretação acerca de uma ruptura e inversão de movimento em relação ao que se observava há três décadas, ou seja, as regiões Sul, Sudeste e Nordeste passam a ser, nesse caso específico da mão de obra qualificada, um emissor de trabalhadores, enquanto a região Norte se configura como um receptor desses mesmos trabalhadores qualificados. Ressalta-se que o traço de continuidade é marcado, embora não tenha sido esse um dos objetivos deste trabalho, pela profunda desigualdade no número de programas de pós-graduação *stricto sensu* entre as regiões brasileiras. Tal fato denota, ainda, uma de nossas grandes deficiências na área das políticas públicas, ou seja, a necessidade de ações ainda mais incisivas para o desenvolvimento social e a integração nacional da região Norte do Brasil.

No estado do Tocantins, aparentemente, tal fluxo migratório aparece também nas áreas de saúde e do judiciário, sendo necessários estudos com esse público a fim de se confirmar tal fato. A migração de profissionais altamente qualificados para postos bem remunerados do estado, como os de professores universitários, juízes, defensores, médicos, entre outros, provoca alterações significativas nos modos de ser local e ratifica diversas desigualdades sociais provocadas pela falta de oportunidades na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. **Migração, Migrações. Ideias**, Campinas, n. 2, p. 31- 41, 2011.

BAENINGER, R. Migrações internas o Brasil século 21: evidências empíricas e conceituais. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife/Pernambuco, v. 1, p. 1-10, 2014.

BASSAN, D. S.; GEVERH, D. L.; DA LUZ, M. W. Migrações e migrantes no contexto dos movimentos históricos e contemporâneos. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande/MS, v. 2, p. 9-24, jul./dez. 2019.

BECKMANN, E.; SANTANA, A. C. **Modernização da agricultura na nova fronteira agrícola do Brasil**: MAPITOBA e sudeste do Pará. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente - RAMA*, v. 12, n. 1, p. 81-102, jan./mar 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Sistema de informações georreferenciais**: Geocapes. Brasília: CAPES, 2015. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *In*: urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população, 22., 2007, Brasília. Anais do Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas”. Brasília: CEPAL/CELADE. 2007. p 1-25.

BRITO, F. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI**: mudança no padrão migratório? Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. (Texto para discussão, 465).

CARINELLO, M. F.; ERASMO, E. A. L. **Análise do cenário do município de Gurupi para implantação de um parque tecnológico**. *In*: Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 11., 2011. São José dos Campos, SP. Anais do XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. São José dos Campos, 2011. p. 1-6. 21.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

CARVALHO, T. S.; DOMINGUES, E. P. **Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030**. *Nova Economia*, v.26, n.2 p. 585-621, 2016.

CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XX, n. 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. *In*: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, v. 21; n. 2, p. 415-430, maio/ago., 2019.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. Editora Perspectiva, 1984.

GERMANI, G. **Sociologia de la modernization**. Buenos Aires, 1970.

EMBRAPA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). **Desenvolvimento Territorial Estratégico para a Região do MATOPIBA**. Brasília: INCRA; EMBRAPA, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.

IBGE. Departamento de Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2020, segundo os municípios**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 set. de 2020.

IPEA. **A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 13, edição 88, 2016. n. p. Disponível: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3297. Acesso: 21 jan. 2021.

LIMA, D. A. **Terra, trabalho e acumulação: o avanço da soja na região do MATOPIBA**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2019.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, M. L. P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 45, n. 69, [não paginado], 1 ago. 2000.

MENEZES, M. L. P. **A crise do Estado de bem-estar e a caracterização de processos territoriais da migração no Brasil**. Scripta Nova, Barcelona, v. 85, n. 95, [não paginado], 1 ago. 2001.

NUNES, E. S. ; DA SILVA, J. G. ; DE QUEIROZ, S. N. Migração inter-regional no Brasil: o que há de novo? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XIX, v. 2, n. 37, p. 388-407, ago. 2017.

OKIDA, D. T. S. **Amazônia Legal: estudo da relação do desmatamento com a posse da Terra no estado do Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, A. T.; SIMÕES, A. G. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos censos demográficos de 1991 e 2000. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 14, 2004, Caxambú-MG. **Anais [...]**. Caxambú: ABEP, 2004. p. 1-20.

DE OLIVERIA, M. M. **Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea**. 2014. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

POCHMANN, M.; SILVA, L. C. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – Dossiê Temático: Território, Gênero e Interseccionalidades*, v. 22, p. 1-25, jan./dez. 2020.

SANTOS, R. S. A construção da rodovia BR – 153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, p. 97-114, set-dez 2017.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. *In: MOURA, H. (org). Migração Interna, Textos Selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

SODRÉ, R.; RAMIRES, J. C. L. Contribuições ao estudo das cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas no Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20 n. 1, p. 169-188, jan./abr. 2017.

TAVARES, J. M. da S.; PEREIRA NETO, C. Migrações no Brasil: uso de indicadores para identificação de diferenças regionais. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.20, n. 70, p. 113-135, jun. 2019.

TODARO, M. A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países Subdesenvolvidos. *In*: MOURA, H. (org). **Migração Interna, Textos Selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

TRINDADE-JUNIOR, S. C. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, v. 12, n. 1, p. 306-334, 2015.

TRINDADE-JUNIOR, S. C.; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins (UFT). Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEDEP). Quadro de Pessoal. Palmas, Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2015. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/index.php/progedep/sobre-a-progedep/quadro-de-pessoal?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=6114&id=2c7204d0-3992-4001-820b-925c266c5beb&folder_. Acesso em: 10 set. de 2020.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil**: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2016. – (Texto para discussão, n.º 2223).



Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.